

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“A mídia tradicional tende a confirmar aquela visão dos direitos humanos que convém à manutenção do poder estabelecido”.

DÁRIO BOSSI

Direitos ambientais são direitos humanos

Mikaell de Souza Carvalho¹
Roseane Arcanjo Pinheiro²

Padre Dário Bossi³ chegou à cidade de Açailândia-MA, distante 550 km da capital maranhense, no segundo semestre de 2007. O padre católico da congregação dos Missionários Combonianos, junto com outros membros da igreja, foi trabalhar numa localidade assolada pela migração e a pobreza. Desde os anos 80, a mineradora Vale e outras empresas levavam minério de ferro, unindo Parauabepas-PA ao Porto de São Luís-MA. Essas ações estavam gerando poluição, mortes e devastação ambiental nas comunidades cortadas pelos trilhos. Bossi foi um dos personagens centrais de uma ampla mobilização em favor das comunidades impactadas, sobretudo através da rede Justiça nos Trilhos, fundada com a colaboração dele ainda em 2007. Em dez anos de atuação já denunciou o Estado brasileiro na ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por violações de direitos decorrentes das atividades do Programa Grande Carajás e conseguiu afirmar na justiça o processo de reassentamento comunitário do bairro industrial de Piquiá de Baixo. Bossi é blogueiro e militante da justiça ambiental. Atua na defesa dos direitos humanos em organizações do Brasil e da América Latina.

¹ Jornalista graduado em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. E-mail: mikaell_carvalho@hotmail.com

² Professora adjunta do Curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: roseane.ufma@gmail.com

³ Foi pároco da Paróquia São João Batista, em Açailândia, entre 2007 e 2013, e atuou na Paróquia Santa Luzia, morando no bairro Piquiá de Cima, entre 2013 e 2016.

A fundação da Rede Justiça nos Trilhos surgiu com o objetivo de trabalhar junto com as comunidades impactadas pela mineração e siderurgia no Pará e Maranhão. Isso ocorreu em 2007 através de uma campanha que foi levada ao Fórum Social Mundial em 2009? Como aconteceu esse processo?

Não podemos dizer o dia exato em que fundamos a Rede Justiça nos Trilhos. O que aconteceu é que em 2007 o irmão Antonio⁴ e eu estávamos em Açailândia; em São Luís viviam o padre Luigi, nosso provincial, e o padre Cláudio, secretário de evangelização. Eles nos ajudaram muito a definir os princípios pastorais e as linhas políticas de nossa presença missionária em Açailândia. Naquele ano recebíamos muitas visitas de Luigi e Cláudio, ou nós os visitávamos em São Luís. Foi como um período fundacional, não só da Justiça nos Trilhos, mas da nova missão que tínhamos de construir no Piquiá, em Açailândia. Então fazíamos reuniões para tentar entender qual o papel dos Missionários Combonianos no contexto de poluição, de devastação ambiental e das consequências sociais desse modelo que estava instalado na região. Quem nos ajudou muito, no início, foi também o professor Marcelo Carneiro, docente de Sociologia na UFMA, em São Luís, pesquisador e profundo conhecedor do sistema minero-siderúrgico instalado em nossas regiões. Foi no final de 2007 que dissemos: “vamos tentar lançar uma campanha?”. Pensávamos num projeto pontual, não tínhamos ideia de que isso se transformaria de algo permanente. Era uma tentativa de lançar uma provocação para ver se havia chão para agregar mais os movimentos e as comunidades que se mostravam ativos no território, porém cada um no seu campo, com poucas interações entre si; sete atores (entidades e movimentos sociais do Maranhão) foram os primeiros membros da campanha. E foi assim que nasceu a Justiça nos Trilhos.

Ainda sobre a Rede Justiça nos Trilhos, hoje, em 2017, são dez anos de existência. Você pode fazer um balanço da importância de uma rede como essa atuando na Amazônia?

Sinto orgulho do fato de hoje a Justiça nos Trilhos ser um ator conhecido em nível nacional e internacional. Não é um orgulho pessoal e sim coletivo, pelo grupo que construiu essa entidade, que ainda o compõe e que conseguiu pautar, por exemplo, o tema dos atropelamentos em nível estadual (se refere à série de reportagens veiculada pela TV Mirante/Rede Globo, em maio deste ano, sobre os danos, atropelamentos e morte de moradores causados pela estrada de ferro ao

⁴ Ir. Antonio Soffientini é outro missionário comboniano, italiano, que atuou no bairro de Piquiá de 2005 a 2015. Pe. Luigi Codianni, italiano, foi Provincial dos Missionários Combonianos entre 2004 e 2010. Pe. Claudio Bombieri, naturalizado brasileiro, é missionário comboniano e ainda hoje vive e trabalha em São Luís-MA.

longo do Corredor Carajás, que transporta minério do Pará ao Maranhão), porque é difícil “furar” a imprensa estadual.

Em geral, a Justiça nos Trilhos pauta não só a imprensa estadual mas também a nacional e internacional sobre um território como Carajás, onde as operações estavam acontecendo de maneira avassaladora e num silêncio ensurdecedor. Era muito estranha a desproporção entre a intensidade dos negócios que aqui aconteciam e a total ausência desses territórios, das comunidades e de seus gritos nas cenas nacional e internacional. Acho que a Justiça nos Trilhos está conseguindo colocar mais equilíbrio na balança entre essas duas dimensões, a agressão e a revolta. Isso não significa que encontramos solução ou vitórias tão consistentes quanto os danos que estão sendo provocados.

Ainda hoje há uma desproporção total entre as violações e as reparações. Porém, diminuiu a desproporção, como estou dizendo, entre o grito, as denúncias e as violações. É confirmado isso, ainda mais porque a Justiça nos Trilhos é um ator relevante na boca das comunidades que são vítimas e na sociedade civil organizada. Há movimentos, redes, pessoas do nosso campo no Brasil que nos conhecem. Conseguimos também ser conhecidos no mundo político e no mundo das instituições. Mas o mais significativo é que somos um ator relevante também aos olhos dos nossos oponentes, ou seja, das empresas: recentemente o Sindicato das Empresas de Ferro Gusa do Maranhão voltou a nos atacar; frequentemente a Vale se refere a nós de uma forma acusatória e criminalizadora, outras vezes de uma forma relacional, mas nos vendo como oponentes. Isso é importante.

Quando o teu oponente te reconhece como um ator significa que não é mais eficiente a estratégia de ignorar-te. Ou seja, entramos oficialmente na cena como alguém que não pode mais faltar quando se fala desse território. Claro que não podemos garantir que a Rede Justiça nos Trilhos seja um ator permanente. Não somos o Estado e não temos o capital das empresas, continuamos com a nossa fragilidade. Também não é nosso objetivo em si nos eternizar, nosso objetivo é encontrar sempre a melhor maneira para que as comunidades nesse território tenham voz e autodeterminação. Se um dia, para terem autodeterminação, for preciso uma outra entidade, uma outra maneira de nos organizarmos que não seja a Justiça nos Trilhos, não temos que preservar a rede. Mas até agora tenho orgulho da Rede Justiça nos Trilhos ser um ator relevante nesse sentido.

A respeito da missão da Rede Justiça nos Trilhos, nós nos compreendemos como um articulador: primeiro somos uma entidade que articula forças, que tem como horizonte e inspiração os direitos humanos em sua compreensão mais completa: ambientais, econômicos, culturais e sociais. Temos um forte pé no chão no território, trabalhamos em contato direto e permanente com as comunidades, colocando continuamente em discussão nossas prioridades a partir do diálogo com elas e visando juntos uma transformação do modelo econômico de enclave, que foi imposto ao corredor de Carajás pela mineração e a siderurgia, defendendo a autodeterminação das comunidades em seus territórios.

Quais foram os principais obstáculos no enfrentamento dos grandes empreendimentos econômicos, capitaneados pela indústria mineradora e o pólo siderúrgico, no Maranhão?

A Rede Justiça nos Trilhos, no começo, não era um ator conhecido, então não existia uma oposição do pólo siderúrgico ou da mineradora. Não enfrentamos, logo no começo, um boicote deles porque a gente ainda “não existia”, aos olhos deles. Então os primeiros obstáculos foram a desagregação dos movimentos e entidades que já atuavam no território. Cada uma atuava de maneira relativamente isolada e o corredor de Carajás não tinha sido identificado como um contexto comum de atuação. Então, tínhamos percepção que podíamos agregar mais. O segundo desafio era uma resistência das pessoas e até da igreja com respeito a esses temas, uma resistência também interna. Mas graças a Deus nosso provincial nos deu o maior apoio. Era algo novo e tínhamos a necessidade de cavar espaços, de ter credibilidade, de ajudar as pessoas a darem voz ao seu descontentamento. Era compreender as conexões entre os vários desafios que as comunidades sofriam e como que essas relações, de que eram vítimas, faziam referência aos mesmos autores do projeto que chamamos de Grande Carajás. É claro que, na medida em que iam se processando as nossas denúncias, começaram os ataques mais diretos para nos deslegitimar e isso não demorou muito, porque durante o Fórum Mundial Social, em Belém, fomos atacados com calúnias, inclusive através das mídias. Portanto, já em janeiro de 2009, pouco tempo depois que a campanha tinha sido fundada e já estávamos adquirindo uma dimensão internacional, recebemos os primeiros ataques públicos através de calúnias no jornal *O Liberal (de Belém-PA)*: foram ataques aos combonianos, em específico, e indiretamente à Rede Justiça nos Trilhos.

Nesse debate que se inicia sobre os grandes empreendimentos e como isso afeta as populações, como se deu a mobilização da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, para começar a luta pelo reassentamento e por reparação de danos?

Nós estávamos presentes há muito tempo em Açailândia. Se não estiver errado, deste 1991 a comunidade lá estava instalada, e foi por um período uma comunidade de formação. Os jovens que queriam verificar sua vocação comboniana moravam na casa do Piquiá. Eram acompanhados pelo padre Fausto à época. Também já naquela época havia uma assistência pastoral à comunidade Piquiá de Baixo, e não se ignorava o que a população sofria. Talvez eu possa dizer que não se focava especialmente a poluição, a nossa presença e da Igreja Católica estava voltada para o contexto de extrema pobreza daquela comunidade em todos os sentidos. Era uma comunidade que sofria o desemprego, as condições de urbanização eram as mais precárias, a

instabilidade social da comunidade era grande. Era a comunidade urbana mais distante do centro da cidade. Nossa presença missionária estava atenta a todas essas dimensões.

Quando eu e outros combonianos, em 2007, chegamos ao Piquiá tínhamos a missão de abrir uma nova frente de defesa do meio ambiente. Portanto, quando o seu Edvard (*presidente à época da Associação de Moradores de Piquiá*) nos estimulou e pediu ajuda respondemos com entusiasmo e direcionamos nosso trabalho nesse foco mais socioambiental: tínhamos quase que um dever de priorizar essa dimensão. Tudo foi devido à provocação do seu Edvard, porque nós não tínhamos intenção de trabalhar especificamente com uma comunidade específica, com um território tão delimitado. Tínhamos o desafio de montar um processo territorial mais amplo, agregar as comunidades ao longo do Corredor Carajás. Estávamos amadurecendo essa questão da campanha, mas a insistência do seu Edvard foi como que inserindo a prioridade do Piquiá de Baixo dentro do contexto territorial mais amplo do Corredor de Carajás. E, portanto, desde o começo a Rede Justiça nos Trilhos adquiriu essa dimensão dúplice: de um lado uma rede articulada e de outro uma presença específica no território. Isso foi obra do seu Edvard: nos obrigou a não pensar só nos máximos sistemas, na organização do movimento e da campanha. Tínhamos que fazer algo para um território bem concreto.

A Missão Comboniana também investe em mídias próprias e espaço nos meios de comunicação hegemônicos. Por exemplo, teve um jornal impresso, Nossa Voz, de 2005 a 2014. E há muitos anos coordena o programa diário Kairós na Rádio Marconi FM. Por que investir nessas mídias na cidade de Açailândia?

Na verdade, são coisas que a gente herdou. Nada disso a gente criou pessoalmente. Eu acredito e gosto do mundo da comunicação. Fiquei muito contente em ver que essas iniciativas existiam e as assumi, injetando minhas energias. O jornal *Nossa Voz* estava mesmo começando, padre Cláudio teve um papel essencial com respeito aos primeiros números de *Nossa Voz*. Depois eu iniciei, não me lembro bem, com o número três ou quatro. O programa Kairós já existia há muito tempo e era bem estruturado porque o padre Fausto tinha assumido com muita dedicação. Foi ele quem cuidou disso antes que nós chegássemos. O que fizemos foi uma remodelagem desse programa, a partir de assessorias externas que nos ajudassem a requalificá-lo.

Tivemos também a oportunidade do Ponto de Cultura, cujo financiamento permitiu realizar por dois anos cursos de capacitação para locutores e comunicadores, e também da assessoria do padre Aléssio, um comboniano que tinha competência em transmissão radiofônica. Fizemos os primeiros cursos com nossos locutores, isso também nos ajudou a montar uma estrutura de programação mais coerente, também mais plural, que conseguisse colocar em diálogo a missão pastoral e a Palavra de Deus com uma dimensão social e urbana, o acompanhamento da política local: isso funcionou muito. A prova é que o sr. Edvard chegou até nós através da comunicação, do programa Kairós: nos disse que não sabia que a Igreja se interessava por esses temas e

começou a nos buscar logo após ter escutado um de nossos programas. A decisão de incluir temas mais sociais deu fruto na experiência concreta.

A partir essa experiência de mobilização social, comente sobre as coberturas local, nacional e internacional a respeito da atuação da igreja nas comunidades e dos Movimentos Sociais.

Eu sempre tive a impressão que, em nível municipal, havia um investimento muito forte dos representantes políticos, financiados largamente pelos fazendeiros e, em parte, pelos empresários, em meios de comunicação. Havia uma conexão direta entre a mídia e o sucesso político. Não é indiferente o fato de muitos vereadores terem vindo da comunicação, do rádio, da TV etc. Havia muita personalização da política, com destaque não tanto para ideias e propostas quanto para o carisma de uma personagem de destaque na comunicação. Surpreendeu-me muito o fato de a cidade de Açailândia ter tantos meios de comunicação ao seu dispor: jornal impresso, duas rádios muito ativas, várias televisões locais, o que era surpreendente para uma cidade de médio porte. Isso foi um dos motivos que nos provocou a estarmos presentes no mundo da comunicação, porque víamos que era um mundo muito disputado, no qual se investia muito e que havia muito espaço também. Nesse sentido, dentro da cidade de Açailândia não tivemos muita dificuldade em pautar nosso ponto de vista, porque havia tanto espaço e a mídia precisava de assunto, do que falar e de interlocutores.

Talvez possa ser um pouco ingênuo dizer isso, levando em conta quem as estava financiando. Porém, posso testemunhar que quase sempre quando tínhamos algo a dizer em Açailândia encontrávamos espaço. A TV Mirante (*afiliada da Rede Globo no Maranhão*) nos entrevistava, conseguíamos estar nas páginas, nas reportagens, nas rádios e televisões locais. Creio que conseguimos isso talvez porque era a igreja, e era uma novidade que ela se posicionasse sobre esses assuntos. Havia um respeito por nós sermos padres, por uma questão de audiência numa população muito católica, apesar da competição com o mundo evangélico nas mídias. Para manter a audiência talvez fosse necessário ter um bom relacionamento conosco, os padres.

Não senti hostilidade da mídia; o que acontecia, em alguns casos, eram réplicas e comentários depois. Lembro de quando publicamos a carta aberta contra a mídia que ostentava imagens extremamente violentas, de corpos, de mortos e esfaqueados, imagens desrespeitosas, das pessoas presas, das vítimas de acidentes ou da violência urbana. Aí a mídia nos atacou. Havia um contraponto, mas nunca sentíamos um boicote.

Agora, ao contrário, na imprensa em nível estadual, temos mais dificuldades, com a distância do centro de comunicação, que é São Luís, pelo controle maior político da televisão. Conseguíamos espaço quando a TV Mirante publicava matérias locais em rede estadual, porém era difícil uma comunicação mais ampla. Isso também mudou porque recentemente diminuiu a autonomia local

da emissora da TV Mirante, a Rede Globo, em Açailândia, então hoje temos mais um pouco de dificuldade.

Em nível nacional, em relação à mídia, conseguimos mais através dos canais da imprensa alternativa, aqueles mais próximos da nossa sensibilidade. Creio que nos ajuda muito o fato de estarmos integrados em redes de atuação nacional, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, mais tarde o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração ou ainda a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que fundamos entre 2009 e 2010. Estar nessas redes nos projetava automaticamente ao diálogo com as mídias nacionais, que consideravam essas entidades como atores fortes no campo da justiça ambiental, então conseguíamos espaço em entrevistas e reportagens. Em seguida, a Rede Justiça nos Trilhos se afirmou como um ator internacional ao participar de eventos importantes, como as audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no diálogo com a ONU ou em outros eventos, como os Fóruns Sociais Mundiais.

Sempre sentimos muita dificuldade em conseguir espaço na mídia, digamos, oligárquica no Maranhão, que era aquela que na nossa compreensão poderia influenciar mais a política nacional, o Ministério das Cidades e as decisões do governo. Tentamos fazer contato em alguns casos com jornalistas mais ligados aos canais mais clássicos de comunicação, como a TV Globo, *Folha de S. Paulo*, jornais do Sistema Globo de Comunicação, mas não foi tão fácil. Quase nunca conseguimos, a não ser com algum jornalista da *Folha*. Tentamos aproveitar também a parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, em Açailândia, que tinha conseguido matérias relativas ao trabalho escravo. Mas nesse campo da mineração, pelo fato provavelmente que nomeava explicitamente empresas próximas aos poderes políticos nacionais, não conseguimos “furar” a imprensa oficial.

Em nível internacional, ao contrário, conseguimos mais facilmente. Pelo fato de sermos de uma congregação internacional, temos contato com alguns jornalistas de fora. Interagir com entidades com visibilidade internacional, como o Greenpeace, Survival etc, e a nossa conexão com a Igreja Católica ou o próprio Vaticano, nos permitia vinculação com a mídia. Por exemplo, todas as vezes que um de nós ia ao Vaticano, conseguíamos uma cobertura com a mídia ligada à igreja católica. Quando íamos à ONU, conseguíamos artigos na mídia graças ao apoio das entidades que trabalhavam fazendo *advocacy* na ONU. Uma certa visibilidade internacional nos chegou através disso.

Na sua opinião, qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos anos?

É uma pergunta ampla. Respondo começando com algumas impressões sobre a igreja. A igreja católica teve diversos ciclos: com respeito à primeira etapa do governo do PT (parece-me um

certo apoio participativo), uma segunda etapa ainda no governo do PT (distanciamento, esfriamento), e um terceiro ciclo na etapa do golpe (crítica contundente).

Creio que tenha sido um ator relevante no mundo político e na sociedade brasileira. Em algum momento, a igreja recuou com respeito à sua compreensão e vontade de ter um papel político relevante. Isso tem sido paralelo a uma certa volta para dentro, para seus espaços institucionais, um movimento de priorização da instituição, da organização interna, um retorno a um foco voltado ao acompanhamento dos fiéis em sua caminhada especificamente religiosa, com menor compreensão da religião a serviço da vida integral do ser humano.

Mas houve a provocação de Papa Francisco sobre a “igreja em saída”. A igreja no Brasil portanto vive de um lado uma tendência forte a esse fechamento, do outro lado um despertar provocado pelo testemunho de Francisco. Nesse despertar se reafirmam de uma maneira mais consistente aquelas forças, que nunca faltaram à igreja, e a levaram a ser um ator relevante no diálogo social, na promoção da justiça social.

Sinto que estamos num processo em que se consolidam brechas e aberturas para assumir um papel social relevante, porque o processo político atual está negando evidentemente alguns dos valores da tradição da igreja. Portanto, a igreja se sente no dever de se posicionar. Esse recente posicionamento coletivo de muitos integrantes da CNBB com respeito à reforma da previdência foi um exemplo, mas teve outros nesse último tempo. Sinto que a igreja está despertando novamente em seu papel. Isso porém é um elemento extremamente forte de conflito interno, porque, por outro lado, há uma série de bispos em posições hierárquicas e há muitas pessoas na base da igreja que criticam as recentes aberturas e gostariam que permanecesse uma visão mais doutrinal, que volte a retirar do discurso religioso o posicionamento político-social.

Quanto aos movimentos sociais, o tema é bem amplo. Com relação às ONGs, a questão é financiamento: as grandes ONGs têm financiamento ligado à sua própria imagem, ao seu próprio perfil. As ONGs internacionais, com atuação no Brasil, têm financiamentos que não dependem do território ou de atores brasileiros, então têm uma certa liberdade maior de movimento e uma menor vinculação política e, portanto, em alguns casos, têm tido maior liberdade de se posicionar, como Greenpeace e Survival Internacional⁵, ou como a Federação Internacional dos Direitos Humanos⁶. Esse tipo de entidades tem tido uma posição mais livre, portanto, continuam suas denúncias contra o Brasil. O limite delas é que estão desenraizadas, não têm atuação no território.

⁵ É uma organização internacional que defende os interesses dos povos indígenas em todo o mundo. Foi fundada em 1969 e atua com objetivo de impedir a aniquilação desses povos e ajudá-los a denunciar genocídios, formas de escravidão e o preconceito.

⁶ É um movimento mundial, atuante desde 1922, de defesa dos direitos humanos, que agrupa 184 organizações em 112 países. Está comprometida com a defesa de todos os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Depois tem o campo das ONGs nacionais, que estão no território, cujo financiamento é internacional, vem de fundos públicos do Brasil ou depende de financiadores privados nacionais. Essas ONGs dependem muito de quem as está financiando. Com respeito a isso, se sente que as organizações estão cada vez mais preocupadas com a sua sustentação e, portanto, têm a necessidade de diminuir seu campo de atuação e, em alguns casos, a possibilidade de radicalizar nos discursos. Algumas vezes isso acontece por oportunismo político, outras por falta de forças, fundos e tempo, para atuar com precisão e profundidade na pesquisa e na denúncia, ou para fazer mobilização popular consistente.

Por outro lado, as ONGs que têm financiadores privados. Aqui no Brasil podem ter demonstrado cada vez mais uma mudança de política a partir da necessidade desses financiadores. Penso, por exemplo, no campo em que atuamos: toda essa tendência atual de maquiagem, com o adjetivo “sustentável”, as empresas, projetos e processos que nem sempre de fato o são. Então, tem ONGs que se prestaram ao jogo do oportunismo político dessas empresas que sentem necessidade de um diálogo maior com a sociedade civil organizada. Não se trata de corrupção, mas de uma amenização do conflito, a partir da busca de um campo comum, que visa diminuir a radicalização do posicionamento de algumas entidades em diálogo com as empresas em vistas da gestão do território. São campos em que a princípio não pactuam com o modelo que o Estado e as empresas querem afirmar. Mas esses atores envolvem em seu jogo algumas ONGs, que carimbam isso como sustentabilidade.

Os movimentos sociais em alguns casos, pela questão da autossustentação, passaram, na época do governo popular do PT, de uma estratégia de oposição crítica direta a uma estratégia de colaboração e de busca de afirmação, de políticas afirmativas. Tem diminuído progressivamente o poder de crítica por terem facilitado uma certa assimilação do discurso governamental, e, em alguns casos extremos, houve até silenciamento. Em alguns casos, tem reduzido o conflito.

Houve um processo de absorção dos quadros ativos e dinâmicos dos movimentos sociais, que passaram a fazer parte do sistema de governo; isso por um lado enfraqueceu a atuação desses movimentos, por outro vinculou cada vez mais essas organizações ao governo. Esse processo tem sido perigoso.

Na recente etapa do desmonte dos direitos construídos durante anos com muito esforço, por parte do governo golpista, estão surgindo novas formas de agregação dos movimentos, a partir de pautas mais pontuais, de uma necessidade menor de pertença prolongada a uma identidade. Em nome de uma operacionalidade mais rápida das pautas sociais, as pessoas se agregam de forma mais volátil, mais focada em objetivos específicos ou em inimigos específicos. Depois se desagregam, depois se agregam de novo. Isso é bastante típico das mobilizações que ocorrem nas grandes cidades. É óbvio que o processo de urbanização crescente do Brasil também influencia o perfil dos movimentos sociais. Outra coisa é falar dos movimentos sociais do campo ou dos movimentos indígenas, que por sinal continuam fortes. Porém cresce o desafio de

compreender qual o papel dos movimentos urbanos, que são imprevisíveis, em contínua evolução. É difícil padronizar os movimentos urbanos.

A cobertura jornalística, especificamente a mídia tradicional, numa análise mais geral, cria estereótipos e criminaliza os Movimentos Sociais?

Sem dúvida, o tema é extremamente manipulado ainda hoje. A princípio, há um discurso que constantemente tenta confirmar uma compreensão estereotipada dos direitos humanos, que no geral se associa a toda a esfera dos movimentos, dos grupos e das entidades que trabalham em defesa dos direitos humanos. É evidente que a mídia tradicional tende a confirmar aquela visão dos direitos humanos que convém à manutenção do poder estabelecido. É uma visão que afirma que os direitos humanos são uma característica de pequenas minorias, que deveriam ser defendidas quase como numa política conservacionista que se ilude, no caso dos direitos indígenas, de garantir um passado que não faz mais parte das perspectivas de desenvolvimento do Brasil.

A mídia tradicional tende a alimentar a ideia que os direitos humanos defendem minorias que, ao contrário, deveriam ser cada vez mais silenciadas. Refiro-me de novo às minorias étnicas, mas também às minorias rebeldes, cujo protesto estoura em violência urbana. Se deveria conter a rebeldia de camadas que não se conformam com a situação social e acabam por entrar também numa dimensão organizada do crime, que é algo que devemos combater. Entendem o conflito e o protesto como algo a ser eliminado e não como algo a ser transformado. Então os direitos humanos seriam “defensores de bandidos”, isto é, defensores de categorias que a maior parte da sociedade gostaria de eliminar.

Isso vale também no direito ambiental, quando se diz “um pequeno grupo de pescadores do porto de São Luís está se colocando contra o progresso”, ou -como dizia o Lula- “o bagre da Amazônia está bloqueando a instalação da maior hidrelétrica do mundo”. Quase sempre se faz uma comparação entre uma minoria “insignificante”, defendida por um grupo de entidades que, por algum motivo, se põe do seu lado, e uma maioria que, supostamente, pode se beneficiar do modelo de sociedade que está querendo se afirmar.

Na verdade, o modelo de sociedade e de economia capitalista é um modelo em degeneração progressiva, um modelo que cria cada vez mais vítimas.

Eis o paradoxo: esse modelo cria as vítimas que o mundo dos direitos humanos tenta defender, cria uma forma de autodefesa que ataca os grupos que promovem os direitos humanos e, ao mesmo tempo, pede a eles ajuda na hora de socorrer ou acalmar suas vítimas.

Nós, dos movimentos sociais, somos apreciados enquanto reparadores de danos, promotores de uma política assistencialista, de negociação, de ajustamento de conflitos. Mas somos fortemente criticados quando, ao contrário, questionamos quem está provocando esses danos. É muito importante que as entidades continuem olhando para o todo e não para as pequenas

consequências, evitar de entrar na jogada de sermos vistos como “consertadores dos problemas”, mas sim continuarmos apontando às causas dos problemas.

Qual a importância dos meios de comunicação para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade, contornando os interesses econômicos e políticos da imprensa tradicional?

Eu não descarto termos aliados e construirmos espaços na mídia tradicional, porque ela ainda mantém e alimenta a pauta política. Por exemplo, é evidente como foi necessário o artigo do Lauro Jardim, em *O Globo*, para fazer estourar a política sobre Temer e Aécio. Há alguns canais institucionais que são usados para fazer acontecer a vida política do dia a dia e acho que ainda temos que disputar esses espaços também. Não podemos simplesmente ignorá-los e dizer que nosso campo é outro.

Por outro lado, esses campos são muito dominados, porque são eles que constroem o apoio ou o protesto popular. Por isso, temos que valorizar e também educar para a leitura e uso de caminhos alternativos. Consideremos a eficácia e o grande crescimento que tiveram ações populares promovidas através das redes sociais, de alguns corredores de repasse de informações e também de algumas “praças” de discussão que se criaram nesses espaços alternativos das redes. São ferramentas extremamente poderosas. É como se abrissemos uma realidade virtual paralela à que o poder consolidou, isso é riquíssimo.

Talvez as redes sociais também não favoreçam a reflexão, pelo volume de informação que mobilizam, mas eu vejo que também estão se constituindo em espaços de convergência, alternativos, favorecidos pela internet, que ajudam as pessoas. Por exemplo, eu sei onde buscar pessoas que podem me ajudar a pensar mais sobre o que está acontecendo. É urgente trabalharmos para uma reeducação popular para o uso político, de forma consciente, desses instrumentos. Há muito espaço na escola, na educação popular informal etc.

Você, além de padre, é militante e blogueiro. Esse é um exemplo de colocar informações que não estão nos meios de comunicação tradicionais e incentivar a reflexão? Como surgiu a ideia de fazer os blogs, quais os nomes e objetivos?

São dois blogues: um se chama “Missione é” (<http://padredario.blogspot.com.br/>), em italiano, e outro tem como título “Vida e Missão neste chão” (<http://dariocombo.blogspot.com.br/>), em português. Eu os considero como uma forma de fixar meus pensamentos e reflexões. É um tipo de diário que coloco aberto ao público. Quando alguma coisa acontece comigo ou há uma reflexão importante que faço, eu a escrevo para não esquecer, porque pode servir para outros e

coloco, então, ali. Na verdade, não sou muito bom em fazer propaganda disso: quando escrevo, aviso os principais amigos nas redes sociais.

Não tenho o objetivo de fazer disso um instrumento que influencie o pensamento de outros, mas seria interessante. Admiro muito e conheço alguns padres que conseguem refletir, escrever com maior frequência que a minha e divulgar bem seu pensamento. Isso é poderosíssimo, tem um efeito bem significativo. São pessoas que eu respeito muito e também respeito seus leitores. Conseguem fechar o ciclo: viver, refletir, escrever e divulgar. Isso seria o ideal.

Por que eu mantenho os blogs? Servem para dizer aquilo que eu penso, eu não consigo chegar às pessoas, mas se uma pessoa quiser chegar a mim, eu digo leia lá, lá está meu pensamento. São artigos que falam de justiça socioambiental ou igreja. São os dois campos sobre os quais me posiciono mais frequentemente.

Notamos o surgimento de algumas redes de religiosos preocupados ainda mais com temáticas que envolvem os direitos humanos e ambientais. Você fez parte da formação de duas como a Rede Eclesial Panamazônica, a Repam, e a Rede Igrejas e Mineração, com atuação na América Latina. Como você analisa essa inserção do movimento religioso nessas temáticas, o que isso tem feito de positivos para pessoas e comunidades acompanhadas por essas redes?

Estou muito contente com o nascimento dessas redes. Sobre a Repam, acompanhei quase desde o começo, mas não me considero um ator relevante na fundação da Rede. Entrei para aprender e oferecer nosso ponto de vista. Tenho prazer e alegria em fazer parte do processo desde o começo. Na rede *Iglesias e Minería* tenho um papel um pouco mais proativo. Nasceu no contexto do *Observatório de Conflictos Mineros em América Latina*, mas também graças a uma provocação que veio de Misereor⁷, uma entidade que nos apoia financeiramente e politicamente e nos inspira muito. Sinto que é um passo muito importante. Diferente da rede Justiça nos Trilhos, que não é uma rede eclesial, mas que integra o mundo da igreja. Justiça nos Trilhos nasceu antes, num período em que a igreja custava mais a compreender a urgência desse tipo de trabalho. Houve então mais dificuldade em agregar atores de maneira motivada. Mas, agora, REPAM e *Iglesias y Minería*, mais recentes, estão conseguindo apoio e dialogando mais fortemente com o mundo eclesial. Também porque são explicitamente eclesiais. A REPAM é católica e *Iglesias y Minería* é ecumênica e muito aberta a outras teologias, como a indígena.

Para as comunidades são redes muito importantes porque a igreja na América Latina, apesar de suas mil contradições (em alguns países ainda hoje bem evidentes) é, em geral, um ator que

⁷ É uma obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha comprometida com a luta contra a pobreza na Ásia, África e América Latina. Atua há mais de 50 anos no financiamento de projetos em países que estão em desenvolvimento.

desperta confiança em muitas pessoas, em muitas categorias. Por exemplo, no Brasil, é a instituição pública mais respeitada. No Brasil, tem dado sinais concretos de sensibilidade a respeito da pauta socioambiental, com posicionamentos críticos frente ao governo quando há decisões contrárias aos direitos das comunidades. Existe um posicionamento sócio-político da igreja com respeito à mineração ou à defesa da Amazônia. Isso dá um amparo maior às comunidades.

Uma característica típica da igreja é que ela é um ator ao mesmo tempo presente num nível de base, porque bastante capilar nos territórios, mas também estruturado em nível hierárquico, chegando até os níveis mais altos de organização. Portanto, a igreja consegue ao mesmo tempo dialogar e fazer uma incidência política com as esferas políticas e institucionais, onde se debatem questões que têm a ver com os direitos humanos e ambientais e favorecer interações, a partir de sua experiência de base, entre a base e a instituição. Isso é bastante raro em outras entidades. Umhas entidades fazem só *advocacy* em nível institucional, outras fazem um trabalho de educação popular, na base. A igreja está presente em todos esses campos. É um ator com potencial incrível nesses canais, podendo afirmar a todos os níveis os princípios da defesa dos direitos humanos. Isso pode permitir o vai e vem de informações, pressões, denúncias, com acompanhamento a todos os níveis. Por isso que é importante esse trabalho de rede.

A partir da sua trajetória e agora da tarefa de coordenar a Missão Comboniana no Brasil, poderia nos explicar como é ser padre e construir uma jornada de enfrentar interesses econômicos, ou seja, de conciliar fé e conflito?

Precisamos refletir sobre o que significa ser padre, porque dentro da igreja tem muitas visões com respeito ao sentido da fé e da religião, portanto também sobre o papel do padre: temos desde os padres cantores até os padres hiper-hierarquizados, que se sentem no centro de poder, num território que se compara a um pequeno reinado. Em minha compreensão, o padre é uma pessoa de convergência na comunidade, que favorece encontros e processos comunitários cristãos. É uma pessoa que estimula a agregação de uma comunidade ao redor do Evangelho, ao redor da mensagem de Jesus Cristo.

Isso seria minha compreensão de padre. Depois vem o adjetivo “comboniano”, que ao meu ver deve ter uma característica a mais, assim como os franciscanos têm outra, os diocesanos têm outra... Qual o papel dos combonianos? Nossa identidade é bastante evidente, a escolha, como dizia Daniel Comboni (*fundador da congregação no século XIX*), é pelos mais pobres e abandonados.

É nosso ponto de partida. Óbvio que os padres, a princípio, estão com todos, mas, como combonianos, sentimos que nosso ponto de vista, nossa convivência e interlocução é com os mais pobres e abandonados. São eles nossos companheiros de caminho. Mas nem sempre é assim. Em

termos de definição, para não esquecermos de quem nós somos, nós somos para os mais pobres e abandonados. É uma identificação de campo.

Por último, uma reflexão recente que gostei muito: não é suficiente estar com os pobres, mas é essencial estar nas lutas dos pobres. Existem outras congregações, que fazem a escolha da convivência com os pobres, o que é superadmirável, chamada de inserção, de “viver com”. É um modelo bonito e importante que não deixe abandonadas essas pessoas e lhes mostre que são pessoas dignas. Religiosos e religiosas que saem dos seus contextos de vida para viver junto aos pobres anunciam uma esperança. Porém, nossa escolha comboniana é estar nas lutas dos pobres. Como elemento transformador da fé.

Não estou dizendo que uma escolha é melhor que a outra, mas que devem estar juntas. Como dizia antes: pelo fato de termos essa compreensão transformadora, esquecemos no começo de ouvir o seu Edvard, que veio até nós e disse: “somos uma comunidade concreta, não adianta vocês ficarem somente numa visão de modelo, de mudanças políticas e sociais. Nos ajudem como comunidade”. O foco de ser padre comboniano, para mim, é associar-se aos processos transformadores, às lutas dos excluídos, sem distanciar-se deles.

A expressão “pobre” é uma linguagem teológica, que no Evangelho significa “pessoa que foi excluída dos seus direitos”. Então é nesse sentido que entendemos. Estar, de forma transformadora, ao lado dos que foram excluídos dos seus direitos.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

